



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

10/09/2013

INDICE

1. JORNAL A TARDE	
1.1. COMARCAS.....	1
1.2. CONVÊNIOS.....	2
1.3. DECISÕES.....	3
1.4. VARAS CRIMINAIS.....	4
2. JORNAL ATOS E FATOS	
2.1. DECISÕES.....	5 - 6
3. JORNAL CORREIO DE NOTÍCIAS	
3.1. CASAMENTO COMUNITÁRIO.....	7
3.2. VARA DA MULHER.....	8
4. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
4.1. PRESIDÊNCIA.....	9
4.2. VARAS CRIMINAIS.....	10
5. JORNAL EXTRA	
5.1. VARA DA MULHER.....	11
6. JORNAL O DEBATE	
6.1. DECISÕES.....	12
7. JORNAL PEQUENO	
7.1. CASAMENTO COMUNITÁRIO.....	13
7.2. CONVÊNIOS.....	14 - 15
7.3. DECISÕES.....	16
7.4. DESEMBARGADORES.....	17
7.5. VARA DA MULHER.....	18 - 19

COMARCA DE TUTÓIA FAZ DOAÇÃO DE COMPUTADOR PARA A PM

O juiz titular da Comarca de Tutóia, Rodrigo Otávio Terças Santos, fez a doação de um computador completo com impressora para a Polícia Militar da cidade. Agora, a instituição responsável pela segurança local, conta com mais um reforço para a realização de diligências.

1ª Vara da Infância de São Luis recebe visita do secretário de Segurança Pública

A 1ª Vara da Infância e Juventude de São Luis recebeu, em visita institucional, o secretário de Segurança Pública do Maranhão, Aluisio Mendes, que conheceu as instalações e atividades desenvolvidas pela unidade, que têm como parceiras institucionais as polícias Civil e Militar, além dos Conselhos Tutelares. O objetivo das atividades é garantir a proteção de crianças e adolescentes da capital maranhense.

NÚCLEO DA DEFENSORIA PÚBLICA ATUARÁ NO TRIBUNAL DE JUSTIÇA



Os defensores públicos Ana Flávia Vidigal Sampaio, José Augusto Gabina de Oliveira e Ivanilde Mesquita Coelho irão compor o Núcleo da Defensoria Pública na Justiça de 2º Grau, atuando exclusivamente no acompanhamento e ajuizamento de processos em grau de recurso junto ao Tribunal de Justiça do Maranhão.

Os defensores estiveram reunidos na manhã de ontem com o juiz auxiliar da Presidência do TJMA, José Nilo Ribeiro, e a diretora judiciária, Denyse Batista, para conhecerem a estrutura e os setores administrativos da Corte.

EX-PREFEITO DE TIMON TERÁ QUE DEVOLVER MAIS DE R\$ 370 MIL AOS COFRES PÚBLICOS

O ex-prefeito do município de Timon, Francisco Rodrigues de Sousa, o Chico Leitoa, terá que devolver ao erário R\$ 137.175,00 e pagar multa civil no mesmo valor, em decorrência da prática de ato de improbidade administrativa, conforme condenação da 1ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA).

JULGADO EM SÃO LUÍS, PRODUTOR DE FESTAS É CONDENADO POR HOMICÍDIO EM PINHEIRO

O 4º Tribunal do Júri de São Luis condenou a 17 anos e seis meses de reclusão o produtor de festas José Lourenço Boás de Amorim, conhecido como "Lord". Ele assassinou Marcelo Maramaldo Lima, na noite de um domingo, dia 19 de abril de 2009, na Praça Matriz da cidade de Pinheiro (MA).

TJMA condena Chico Leitoa a devolver mais de R\$ 370 mil aos cofres públicos

O ex-prefeito do município de Timon, Francisco Rodrigues de Sousa, o Chico Leitoa, terá que devolver ao erário R\$ 187.175,00 e pagar multa civil no mesmo valor, em decorrência da prática de ato de improbidade administrativa, conforme condenação da 1ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA).

Ele também terá os direitos políticos suspensos e estará proibido de contratar ou receber incentivos fiscais do Poder Público, pelo pra-

zo de cinco anos.

Chico Leitoa foi acusado pelo Ministério Público Estadual (MP) de improbidade administrativa, em razão da reprovação das contas municipais de 2001 pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE), referentes ao ano de 2001, quando exercia o cargo de prefeito.

As irregularidades seriam decorrentes da falta de licitação para contratação de serviços de remoção e transporte de lixo, que teriam causado prejuízo aos cofres

municipais.

O juízo da comarca de Timon julgou improcedente o pedido do MP, que recorreu ao TJMA afirmando que a falta de licitação configura hipótese de improbidade e descrevendo que a despesa teria sido fracionada para eximir o ex-prefeito de realizar o procedimento licitatório.

A relatora do recurso, desembargadora Maria das Graças Duarte, reformou a sentença por entender que o prefeito deveria ser responsabilizado por não ter reali-

zado a licitação durante vários meses do ano de 2001, mesmo tendo justificado as irregularidades perante o TCE.

Ela ressaltou que caberia ao ex-gestor comprovar que os atos não causaram prejuízo ao erário, provas que não foram produzidas no processo. "Houve não só fracionamento da despesa como também caracterizou dispensa ilegal do procedimento licitatório, violando o art. 37, XXI da Constituição Federal", avaliou.

LEITOA É CONDENADO

O ex-prefeito do município de Timon, Francisco Rodrigues de Sousa, o Chico Leitoa, terá que devolver ao erário R\$ 187.175,00 e pagar multa civil no mesmo valor, em decorrência da prática de ato de improbidade administrativa, conforme condenação da 1ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão.

Inscrições para casamento em Senador La Roque são abertas

O juiz Paulo Vital Souto Montenegro, titular de Senador La Roque, está divulgando Portaria na qual autoriza a realização de uma edição do projeto Casamentos Comunitários, organizado pelo Poder Judiciário do Maranhão. As inscrições começam nesta terça-feira (10), e seguem até o dia 30 de setembro, e podem ser feitas no cartório da comarca.

De acordo com a Portaria assinada pelo magistrado, os interessados em participar da cerimônia deverão levar, no ato da inscrição, qualquer um destes documentos: certidão de nascimento, carteira de identidade, carteira de trabalho, carteira profissional, passaporte, carteira de identificação funcional ou carteira nacional de habilitação.

Se pessoas com 16 ou 17 anos, levar autorização por escrito de responsável legal e, se tiver 15 anos de idade, apresentar autorização da justiça. Os interessados devem, também, levar declaração de duas testemunhas maiores de idade que

atestem conhecê-los e afirmem não existir impedimento legal para o casamento.

Devem apresentar, também: declaração do estado civil, do domicílio e da residência atual dos contraentes e de seus pais, comprovante de residência, certidão de óbito do cônjuge falecido, sentença declaratória de nulidade ou de anulação de casamento, ou registro da sentença de divórcio.

Paulo Vital Souto Montenegro afirma na Portaria que será dispensada a utilização do selo de fiscalização no edital de proclames, salvo para a emissão da certidão. Neste segundo caso, a restituição será feita pelo Fundo Especial das Serventias de Registro Civil de Pessoas Naturais do Maranhão - FERC.

Ele ressalva que todos os atos de registro civil, necessários à realização do projeto Casamentos Comunitários, serão gratuitos, sendo proibida a cobrança de qualquer taxa ou despesa por parte da serventia extrajudicial.

Projeto de juiz da Vara da Mulher concorre ao Prêmio Innovare

O projeto "Maria Vai à Escola", do magistrado Nelson Melo de Moraes Rêgo, titular da Vara Especial de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher de São Luís, concorre ao Prêmio Innovare 2013. O objetivo é ir às escolas dos bairros com maior incidência de violência para ministrar palestras sobre a Lei Maria da Penha, orientando crianças e adolescentes que estejam passando por situações de violência doméstica.

Nesta edição do Prêmio Innovare, o número de inscritos superou em mais de 12% o do ano passado. Concorrem 464 práticas e monografias, sendo 355 projetos nas categorias tradicionais - Advocacia, Defensoria Pública, Juiz, Ministério Público e Tribunal. O resultado final será divulgado no dia da cerimônia de premi-

ação, em dezembro. O prêmio identifica e divulga as boas práticas da atividade jurisdicional. O projeto "Maria Vai à Escola" concorre na categoria "Juiz".

A Vara da Mulher tem outros programas, como o "Programa de Reeducação do Agressor", pelo qual já passaram 144 homens e nenhum voltou a reincidir (agredir sua parceira), o que, para Nelson Rêgo, é um sinal de que a atuação da unidade jurisdicional está no caminho certo. "Esse tem sido um sucesso, o que nos mostra que nem sempre é punindo que se resolve o caso, mas reeducando. Nosso grande objetivo é ter um Centro de Reeducação do Agressor, para, quem sabe, erradicarmos a violência doméstica no Maranhão", afirmou o magistrado.

A unidade judicial conta com

uma equipe para desenvolver os programas de atendimento às vítimas e agressores. A equipe é composta por um psicólogo, três assistentes sociais e quatro comissários da infância e juventude.

O magistrado disse que ainda tem muito que contribuir com a sociedade, atuando na Vara da Mulher. "O Judiciário ainda tem muito a fazer quanto ao combate da violência doméstica. É uma causa social importantíssima e é onde temos a oportunidade de trabalhar com os direitos humanos", completou o juiz.

Especializada exclusivamente em crimes de violência contra a mulher, a unidade jurisdicional tem atualmente 3.033 processos em tramitação e mais da metade são medidas protetivas. No final de 2012, tramitavam 2.593 ações, e em 2013 já foram autua-

dos 1.946 novos processos.

As denúncias chegam à Vara da Mulher por meio da Delegacia da Mulher, Centro de Referência do Município de São Luís (Casa da Mulher), Ministério Público, Defensoria Pública, advogado particular ou requerimento pessoal diretamente da vítima na unidade. Em maio de 2008, foi inserido um programa pioneiro no Maranhão, em que a própria vítima preenche um formulário diretamente na Vara da Mulher e, de imediato, recebe atendimento, sem a necessidade de se fazer acompanhar por advogado ou receber qualquer outro auxílio externo.

Instalada em março de 2008, no bairro Monte Castelo, a Vara da Mulher funciona provisoriamente no 5º andar do Fórum Des. Sarney Costa, no Calhau, enquanto a sede da unidade passa por reforma.

Clic

Fotos/Divulgação



A LUTA DO PRESIDENTE DO Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Antonio Guerreiro Júnior (foto), por uma Justiça eficiente que atenda aos anseios da sociedade mereceu elogios do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Em visita recente a este Estado, o conselheiro do órgão, Guilherme Calmon, reconheceu que as soluções gerenciais de modernização implementadas pelo desembargador Guerreiro Júnior deram à Justiça maranhense o dinamismo que os tempos modernos exigem

Acusado de crime em Pinheiro é condenado em SL

Jurados rejeitam tese de legítima defesa e condenam José Lourença Boas de Amorim, o *Lord*, a 17,6 anos de reclusão

PINHEIRO - O 4º Tribunal do Júri de São Luís condenou a 17 anos e seis meses de reclusão o promotor de festas José Lourenço Boas de Amorim, conhecido como *Lord*. Ele assassinou Marcelo Maramaldo Lima, na noite de um domingo, dia 19 de abril de 2009, na Praça Matriz da cidade de Pinheiro (MA).

O julgamento que ocorreria na Comarca daquela cidade foi transferido para São Luís após o pedido de desaforamento feito ao Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA). Presente na sessão do júri, na sexta-feira (6), o acusado confessou o crime, mas disse que não tinha a intenção de matar Marcelo Maramaldo Lima. Os jurados rejeitaram as teses de legítima defesa e desclassificação para o crime de homicídio culposo. Segundo a denúncia, após agredir a chicotadas, o acusado atirou em Marcelo Maramaldo. A discussão entre eles teve início porque a vítima estava urinando em via pública.

Na sentença, o juiz José Ribamar Goulart Heluy Júnior afirma que a conduta social do acusado não é boa porque o próprio réu declarou em plenário ter o costume de andar armado de revólver sem possuir porte, nem registro da arma. Preso em flagrante, José Lourenço Boas fugiu da Delegacia Regional de Pinheiro seis meses após o crime

e somente se apresentou depois de a prisão ter sido revogada em janeiro de 2012. Considerando também que o acusado não possui vínculo empregatício, o juiz negou-lhe o direito de recorrer da decisão em liberdade e expediu o mandado de prisão.

Velório - No 4º Tribunal do Júri, foi condenado a 19 anos, quatro meses e 15 dias de reclusão o ajudante de carpintaria Ubiraci dos Santos Borges Filho, o *Yuri*, pelo assassinato de Jadson Magalhães Silva, conhecido como Didi, na manhã do dia 8 de fevereiro de 2011, quando a vítima estava em um velório, no bairro Aurora. O acusado está preso, condenado pela morte de um cunhado de Jadson Magalhães.

Durante o julgamento, ocorrido na semana passada, o acusado disse que matou Jadson Magalhães com medo de ele vingar a morte do cunhado. A vítima era casada e tinha três filhos pequenos. No dia do crime, Ubiraci dos Santos saiu de casa armado à procura de Jadson Magalhães e, após avistá-lo, efetuou três tiros. Ele também responde processo na 5ª Vara Criminal.

José Lourenço Boas de Amorim e Ubiraci dos Santos Borges Filho cumprirão a pena em regime fechado, no Complexo Penitenciário de Pedrinhas, em São Luís.

Projeto 'Maria vai à Escola'

O projeto "Maria Vai à Escola", do magistrado Nelson Melo de Moraes Rêgo, titular da Vara Especial de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher de São Luis, concorre ao Prêmio Innovare 2013. O objetivo é ir às escolas dos bairros com maior incidência de violência para ministrar palestras sobre a Lei Maria da Penha, orientando crianças e adolescentes que estejam passando por situações de violência doméstica.

Nesta edição do Prêmio Innovare, o número de inscritos superou em mais de 12% o do ano passado. Concorrem 464 práticas e monografias, sendo 355 projetos nas categorias tradicionais - Advocacia, Defensoria Pública, Juiz, Ministério Público e Tribunal. O resultado final será divulgado no dia da cerimônia de premiação, em dezembro. O prêmio identifica e divulga as boas práticas da atividade jurisdicional. O projeto "Maria Vai à Escola" concorre na categoria "Juiz".

IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

O ex-prefeito do município de Timon, Francisco Rodrigues de Sousa, o Chico Leitoa, terá que devolver ao erário R\$ 187.175,00 e pagar multa civil no mesmo valor, em decorrência da prática de ato de improbidade administrativa, conforme condenação da 1ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA). Ele também terá os direitos políticos suspensos e estará proibido de contratar ou receber incentivos fiscais do Poder Público, pelo prazo de cinco anos. Chico Leitoa foi acusado pelo Ministério Público Estadual (MP) de improbidade administrativa, em razão da reprovação das contas municipais de 2001 pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE), referentes ao ano de 2001, quando exercia o cargo de prefeito. As irregularidades seriam decorrentes da falta de licitação para contratação de serviços de remoção e transporte de lixo, que teriam causado prejuízo aos cofres municipais.

SENADOR LA ROQUE

Inscrições para casamento comunitário começam hoje

O juiz Paulo Vital Souto Montenegro, titular de Senador La Roque, está divulgando portaria na qual autoriza a realização de uma edição do projeto Casamentos Comunitários, organizado pelo Poder Judiciário do Maranhão. As inscrições começam hoje (10), e seguem até o dia 30 de setembro, e podem ser feitas no cartório da comarca.

De acordo com a portaria assinada pelo magistrado, os interessados em participar da cerimônia deverão levar, no ato da inscrição, qualquer um destes documentos: certidão de nascimento, carteira de identidade, carteira de trabalho, carteira profissional, passaporte, carteira de identificação funcional ou carteira nacional de habilitação.

Se pessoas com 16 ou 17 anos, levar autorização por escrito de

responsável legal e, se tiver 15 anos de idade, apresentar autorização da Justiça. Os interessados devem, também, levar declaração de duas testemunhas maiores de idade que atestem conhecê-los e afirmem não existir impedimento legal para o casamento.

Devem apresentar, também: declaração do estado civil, do domicílio e da residência atual dos contraentes e de seus pais, comprovante de residência, certidão de óbito do cônjuge falecido, sentença declaratória de nulidade ou de anulação de casamento, ou registro da sentença de divórcio.

Paulo Vital Souto Montenegro afirma na portaria que será dispensada a utilização do selo de fiscalização no edital de proclames, salvo para a emissão da certidão. Neste segundo caso, a restituição será feita pelo Fundo Especial das Serventias de Registro Civil de Pessoas Naturais do Maranhão (FERC).

Ele ressalva que todos os atos de registro civil, necessários à realização do projeto Casamentos Comunitários, serão gratuitos, sendo proibida a cobrança de qualquer taxa ou despesa por parte da serventia extrajudicial.

Núcleo da Defensoria Pública atuará no Tribunal de Justiça

Os defensores públicos Ana Flávia Vidigal Sampaio, José Augusto Gabina de Oliveira e Ivanilde Mesquita Coelho irão compor o Núcleo da Defensoria Pública na Justiça de 2º Grau, atuando exclusivamente no acompanhamento e ajuizamento de processos em grau de recurso junto ao Tribunal de Justiça do Maranhão.

Os defensores estiveram reunidos, na manhã de ontem (9), com o juiz auxiliar da Presidência do TJ-MA, José Nilo Ribeiro, e a diretora judiciária, Denyse Batista, para conhecerem a estrutura e os setores administrativos da Corte.

O Núcleo – cuja formação foi possível com a nomeação de 10 novos defensores – vai acompanhar os processos em trâmite no 2º grau, a exemplo do que já acontece em outros estados da federação. A escolha se deu através de processo de remoção, pelo critério de antiguidade na carreira.

Segundo Flávia Vidigal, a prioridade do atendimento das defensorias é o primeiro grau, que concentra a maior parte dos processos, mas existe a necessidade

e a determinação constitucional de acompanhamento em todas as instâncias, o que acontece naturalmente com a melhoria e crescimento da estrutura da instituição, destinação orçamentária e criação de cargos.

“A população que nos procura tem necessidade de acesso e que sua demanda seja avaliada em grau de recurso”, explicou.

José Augusto Gabina ressaltou que a assistência judiciária gratuita é integral, envolvendo 1º e 2º graus, além dos tribunais superiores, com a maior amplitude possível de acompanhamento.

Ele destacou que o Núcleo vai facilitar a resolução das demandas oriundas principalmente do interior, que são de difícil acompanhamento pelos defensores locais.

“Não é por falta de recursos que as pessoas de menor renda deixam de alcançar o seu direito em últimas instâncias”, salientou.

Os interessados podem procurar o atendimento na Defensoria Pública do Estado, localizada no Reviver, centro histórico de São Luís.

- Os defensores públicos Ana Flávia Vidigal Sampaio, José Augusto Gabina de Oliveira e Ivanilde Mesquita Coelho irão compor o Núcleo da Defensoria Pública na Justiça de 2º Grau, atuando exclusivamente no acompanhamento e ajuizamento de processos em grau de recurso junto ao Tribunal de Justiça do Maranhão.

Bancada

No Congresso, a discussão mudou de rota depois da tentativa vergonhosa de salvar o mandato do presidiário Natan Donadon. Agora a expectativa é de que sejam construídos presídios específicos para os parlamentares apanhados com a boca na botija e condenados pela justiça. No Maranhão, providência igual deve ser tomada para agrupar todos os prefeitos alcançados pela Lei, já que a cada semana pelo menos um recebe sentença de condenação.

- Titular do Juizado Especial do Trânsito, Eulálio foi eleito para compor o TRE-MA durante sessão plenária administrativa do dia 21 de agosto do TJ-MA.



Nelson de Moraes Rêgo: Prêmio Innovare 2013 é só a confirmação da importância sucesso da difusão da Lei Maria da Penha

Prêmio Innovare

Nelson Melo de Moraes Rêgo, juiz titular da Vara Especial de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher de São Luís, tem o projeto “Maria Vai à Escola” concorrendo ao Prêmio Innovare 2013. Levando às escolas da periferia palestras esclarecedoras sobre a Lei Maria da Penha, o programa entra para um seleto grupo de práticas e monografias e o resultado, em dezembro, seja qual for, confirma a importância da iniciativa.